

O Sistema de Contas Nacionais: evolução histórica e implantação no Brasil^Δ

João Hallak Neto*

Christina Maia Forte**

Resumo: Este trabalho descreve como se deu a evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN), desde sua origem até a consolidação e disseminação de sua metodologia. São apresentadas como foram fundamentadas as bases do SCN, a incorporação dos principais conteúdos – em grande parte mantidos até hoje – e os aprimoramentos que levaram o sistema à sua formação teórica atualmente recomendada por um conjunto de organismos multilaterais e adotada por um grande número de países. O histórico da implantação do SCN brasileiro, que tem origem em meados do século passado e sua evolução até a recente revisão da nova série de referência 2010 também são considerados neste artigo.

Palavras-chave: Sistema de Contas Nacionais, PIB, Tabela de Recursos e Usos, Contas Econômicas Integradas, Séries do SCN.

Código: E01

Introdução

O objetivo do Sistema de Contas Nacionais (SCN) é apresentar detalhadamente as atividades econômicas que se desenvolvem em uma economia e suas interações entre os distintos agentes que interagem nos mercados, proporcionando assim um conhecimento preciso e detalhado de forma a atender diversas necessidades. Tal sistema consiste em um conjunto coerente e integrado de contas econômicas, saldos e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e normas contábeis internacionalmente convencionadas. Dentre os usuários do SCN estão formuladores de políticas macroeconômicas, analistas e pesquisadores da área, gestores dos setores público e privado, meios de comunicação e o público em geral.

Por intermédio dos resultados do SCN, os interessados podem estudar mais adequadamente as repercussões das políticas públicas na economia, bem como elaborar com mais precisão os

^Δ Este artigo está baseado no capítulo 1 de Hallak Neto (2013). Os autores agradecem os comentários de um parecerista anônimo que contribuiu para a versão final do artigo.

* Economista da Coordenação de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

E-mail: joao.hallak@ibge.gov.br

** Economista da Coordenação de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

E-mail: christina.forte@ibge.gov.br

modelos que buscam prever o comportamento futuro, crucial para o planejamento nas mais diversas áreas. A mensuração do grau de desenvolvimento econômico e da taxa de crescimento econômico são informações fundamentais derivadas do sistema, assim como a evolução do consumo, dos investimentos, da poupança, do endividamento e do patrimônio dos agentes. Por sua natureza o SCN promove também a integração das estatísticas econômicas e conexas em um sistema que tem por base conceitos e métodos econômicos e estatísticos homogêneos, de tal forma que facilita a realização de análises comparativas e históricas tanto no plano nacional quanto internacional.

O objetivo do presente trabalho é descrever como se deu a evolução do SCN, desde sua origem até a consolidação e disseminação de sua metodologia. Para tanto são descritas como foram fundamentadas as bases do SCN, a incorporação dos principais conteúdos e aprimoramentos no sistema até a formação da estrutura teórica atualmente recomendada por um conjunto de organismos internacionais liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada por inúmeros países. Os principais conceitos e ferramentas do sistema, bem como o histórico de sua implantação e evolução no Brasil, que tem origem em meados do século passado, também são apresentados neste texto.

O trabalho está dividido em três seções além desta introdução. A primeira seção apresenta um breve histórico da evolução do SCN desde seu “nascimento”, passando pelas principais contribuições de distintos autores, até as últimas recomendações compiladas no mais recente manual da ONU. A segunda seção descreve como se deu a implantação e a evolução do SCN no Brasil até os dias atuais, destacando também as modificações estruturais no sistema estatístico nacional que repercutiram no SCN a partir da década de 2000. Por fim são tecidas as considerações finais.

1. A evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN)

Pode-se dizer que desde o século XVII, diversos autores contribuíram de alguma forma para a mensuração da renda nacional e, posteriormente, para a concepção e estruturação do SCN. Alguns

Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016.

deles propuseram modelos econômicos e metodologias de cálculo com base em dados estatísticos que serviram para a fundamentação do SCN. Neste rol estão, por exemplo, William Petty (1623-1687), François Quesnay (1694-1774) e John Maynard Keynes (1883-1946). Este é considerado por muitos o “pai” da moderna contabilidade nacional ao elaborar, em 1939, um quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos. Tal contribuição, somada às outras de seus seguidores, forneceram as bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947. Desta data em diante, quatro outras versões do manual foram publicadas refletindo os avanços na pesquisa e nos sistemas estatísticos, e também, essencialmente, as alterações da economia e da sociedade ao longo dos anos.

Para um trabalho exaustivo sobre o tema – que foge ao objetivo deste artigo – duas obras merecem ser consultadas: *“The Income of Nations”*, de Paul Studenski e *“Une Histoire de la Comptabilité Nationale”*, de André Vanoli. A primeira, publicada em 1958, discorre sobre a origem da mensuração da renda nacional observando mais de 350 anos de história até culminar com a análise e a comparação estrutural dos sistemas implantados em alguns países na década de 1950. Já o livro de Vanoli, de 2002, “complementa” a obra anterior concentrando-se no período pós II Guerra Mundial, focando especialmente nas distintas versões dos manuais de contas nacionais.

1.1. Antecedentes: da origem da mensuração da renda nacional até o SCN

Desde a apresentação do método contábil de partidas dobradas, em 1494, pelo matemático Luca Pacioli (1455-1510), diversos autores contribuíram para a criação do SCN. Entretanto, alguns o fizeram de maneira determinante no sentido de construir suas próprias estatísticas e modelos explicativos que fundamentaram a formação do SCN.

William Petty, com o ensaio *“Political Arithmetical”* (1690), buscou realizar as primeiras estimativas da riqueza nacional na Inglaterra. Quesnay, com a obra *“Tableau Économique”* (1758), apresentou as relações entre as classes sociais com a análise da origem e da apropriação do produto líquido. Keynes, em a *“Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”* (1936) e *“How to pay for”* Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016.

thewar” (1940), estabeleceu, respectivamente, as bases teóricas da macroeconomia moderna e das contas nacionais.

Pode-se atribuir a Petty o pioneirismo da realização de experiências de cálculo da renda nacional, o que ocorreu durante os anos 60 do século XVII, na Grã Bretanha. Por intermédio do uso de informações estatísticas, o pesquisador procurou subsidiar os administradores do Reino Unido com informações atualizadas para as decisões de política econômica. Dentre elas, a preocupação em relação ao potencial de arrecadação de tributos pelo Estado que poderia estar sendo subestimado por causa da precariedade das informações sobre os rendimentos dos agentes. De acordo com Studenski (1958, p. 13), Petty pode ser considerado o primeiro a sugerir a estimação da renda nacional a partir do confronto entre renda e despesa.

O “*Tableau Economique*” de Quesnay propôs como objetivo central demonstrar que a terra era a principal fonte geradora de valor em uma economia, afirmando a teoria fisiocrata em meados do século XIX. O instrumental utilizado para esta finalidade apresentou duas novidades que revolucionaram a maneira de estudar o funcionamento do sistema econômico: a noção de fluxo circular da renda e o quadro econômico – também chamado de tabela de insumo-produto – introduzidos por meio de um modelo fictício simplificado. As contribuições apresentadas por Quesnay foram posteriormente utilizadas por autores como Karl Marx (1818-1883), Leon Walras (1834-1910) e Wassily Leontief (1906-1999). O primeiro para a explicação do esquema de reprodução da economia capitalista, o segundo para as análises de equilíbrio geral dos mercados e da inter-relação entre os agentes e o terceiro para a análise estrutural das diversas atividades produtivas da economia americana. Tanto o fluxo circular de renda quanto as tabelas de insumo-produto permanecem até hoje sendo largamente utilizadas nos estudos de macroeconomia e nas contas nacionais.

Embora incipientes, as contribuições para a macroeconomia e para as contas nacionais são relativamente ofuscadas durante o período que vai do último quarto do século XIX até a Grande

Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016.

Depressão de 1929. Neste ínterim, observa-se a preponderância do pensamento econômico da escola neoclássica, em que o objeto de estudo concentra-se nas relações microeconômicas e nas análises de equilíbrio dos mercados. Dessa forma, questões relacionadas à macroeconomia, em geral, e à avaliação da renda nacional, em particular, apareceram de forma modesta e ocasional no cenário internacional.

A transformação na maneira de se estudar os fenômenos econômicos, em favor da macroeconomia, ocorre ao longo dos anos 1930 e 1940, “período conturbado quando a Grande Depressão e a II Guerra Mundial tornaram obsoletos alguns dos conhecimentos teóricos e instrumentos de política econômica até então vigentes” (Nunes, 1998, p. 25). As duas obras de Keynes, de 1936 e 1940, tiveram papel preponderante nesta nova abordagem, de forma que a disseminação de suas ideias, além de proporcionar uma revolução no pensamento econômico, contrapondo-se ao pensamento neoclássico, também, contribuiria para o nascimento das contas nacionais modernas (Nunes, 1998, p. 33).

O fato de Keynes estar inserido no ambiente acadêmico ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas com a produção e com o uso de estatísticas econômicas, em sua carreira na administração pública da Inglaterra, foi determinante para a precisão e para o sucesso de suas ideias revolucionárias. Segundo Nunes (1998, p. 33), pode-se afirmar que a convergência de sua pesquisa teórica com sua experiência aplicada culminou com a montagem de um sistema de contas nacionais para ser utilizado como instrumento de política econômica.

Se na Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, o autor demonstrou como as soluções apresentadas pela escola neoclássica não seriam eficazes para superar a Grande Depressão dos anos 1930, trazendo à baila a relevância do estudo das relações macroeconômicas, foi em *How to Pay for the War* que ele desenvolveu um modelo de contas nacionais, com a elaboração de quadros contábeis para apresentar a interligação entre os agregados econômicos. Para Kaldor (1941, p. 181), a grande inovação metodológica estava, justamente, em analisar as finanças públicas de forma

integrada às contas nacionais para uma melhor definição do planejamento econômico das ações do governo britânico, sobretudo, durante a II Guerra Mundial, mas também nos tempos de paz.

Embora outras tentativas de mensuração da renda agregada tenham sido feitas anteriormente por diferentes autores, foi Keynes quem primeiro propôs “a construção de um sistema contábil, baseado no método de partidas dobradas, para se chegar a uma medida da renda nacional e de sua distribuição por setores institucionais a cada período.” (Feijó e Ramos, 2008, p. 3). Paulani e Braga (2006) acrescentam que a teoria keynesiana outorgou aos economistas “a capacidade de verificar o comportamento e a evolução da economia de um país numa dimensão sistêmica”, não só medindo produção, renda e consumo, “mas fazendo isso de modo a perceber exatamente a relação entre estes agregados e a lógica do sistema econômico como um todo” (Paulani e Braga, 2006, p. 6).

Durante estes passos fundamentais para a origem do SCN, seguiram outras contribuições relevantes que ajudaram a formar a estrutura do sistema da maneira como foi adotado pela ONU e, posteriormente, difundido nos diversos países.

O economista Ragnar Frisch (1885-1973), em seus estudos que remontam a década de 1920, atentou para o rigor conceitual na questão da valoração dos agregados do sistema, concedendo especial atenção à distinção entre custo de fator, preço básico e preço de mercado. Contribuiu também para o moderno sistema de contas com a separação entre os fluxos monetários e reais, que refletiram no esquema de contas não-financeiras e contas financeiras do SCN (Nunes, 1998, pp. 61-62). Ainda em relação ao rigor na definição das variáveis, outro economista que contribuiu de maneira determinante para o aperfeiçoamento do sistema foi Simon Kuznets (1901-1985). Dentre suas contribuições estão a diferenciação de conceitos como o produto nacional bruto (PNB) e produto interno bruto (PIB); a definição mais precisa em relação ao uso de bens como consumo intermediário ou formação bruta de capital; e também, a metodologia de cálculo para o valor da produção do governo por meio da soma de seus custos, incluindo nestes os serviços fornecidos gratuitamente à coletividade.

A pesquisa elaborada por Leontief trouxe para o âmbito das contas nacionais a incorporação das matrizes de insumo-produto, que permitiram a desagregação por atividade econômica das contas de produção e de geração da renda. Este modelo se constituiu em um conjunto de informações organizadas de maneira a subsidiar as análises focadas no processo produtivo, em que se destacam as relações técnico-econômicas e a interdependência dos ramos de atividade. Dentre os alicerces para as matrizes de insumo-produto – ou matrizes de Leontief, como ficaram conhecidas, estão os modelos de Quesnay e de Walras (Leontief, 1986, p. XIII e p. XVI).

Embora o modelo de insumo-produto tenha se consolidado como uma das ferramentas fundamentais do SCN atual, sua incorporação às recomendações da ONU não foi imediata. Na primeira versão priorizou-se a abordagem por setores institucionais, desenvolvida por Keynes. A integração com o modelo de Leontief, orientado para o estudo da interdependência entre os setores produtivos, veio a se concretizar a partir da segunda versão do manual, de 1968.

Finalmente, cabe destacar as contribuições de dois economistas seguidores do pensamento *keynesiano*, James Meade (1907-1995) e Richard Stone (1913-1991), com a elaboração conjunta do trabalho “*An analysis of the sources of war finance and estimate of the national income and expenditure in 1938 and 1940*”, publicado em 1941. Sob a coordenação de Keynes, estes autores adotaram o método de partidas dobradas nas estimativas de contas nacionais e de finanças públicas para a proposta do orçamento inglês de 1941. Este estudo apresentou as primeiras tabelas integradas de contas nacionais.

O objetivo do trabalho dos autores foi mostrar que um sistema de contas, ao considerar a origem, a apropriação e o uso da renda nacional, possibilitava: i) a compatibilização de informações estatísticas de diferentes fontes; ii) a construção da identidade contábil entre renda, produto e despesa; e iii), a comparação internacional das estimativas sobre a renda nacional (Nunes, 1998, p. 77). Por conta destas propriedades, os estudos desenvolvidos por Meade e Stone serviram de base

para realização do primeiro manual internacional a respeito do tema, o SNA-53, organizado pelas Nações Unidas.

1.2. De 1947 a 2008: as versões do manual do SCN

O relatório “*Definition and measurement of the national income and related totals*”, publicado em 1947, sob a coordenação de Richard Stone é considerado um esboço do primeiro manual de contas nacionais. A partir deste estudo, a divisão de estatísticas da ONU passou a enfatizar a necessidade de padrões estatísticos internacionais para a compilação e atualização de dados econômicos, com a recomendação de que fossem comparáveis e de que servissem para apoiar a crescente demanda de políticas públicas que se apresentavam naquele momento.¹

Após a publicação deste primeiro relatório tornaram-se maiores as cobranças, aos países membros da ONU, para o aprimoramento em relação à mensuração dos agregados econômicos. A organização das informações econômicas sob a forma de um sistema de contas nacionais foi assim se consolidando como um projeto prioritário no âmbito dos organismos internacionais, que passaram a buscar a uniformização dos conceitos e a padronização das estruturas de apresentação das informações econômicas.

As discussões geradas sobre como mensurar a renda e a economia, e, mais do que isso, sobre como definir estes conceitos – que envolvem questões não só técnicas, mas também convicções ideológicas – proporcionaram uma série de debates e de estudos realizados por especialistas da área acadêmica e do setor público. A resultante destas discussões deu origem ao informe “*A system of national accounts and supporting tables*”, em 1953. Tal publicação, que ficou conhecida como SNA-53, foi apoiada pela Secretaria Geral das Nações Unidas, constituindo-se assim no primeiro manual amplamente adotado para a elaboração de um SCN (IBGE, 2008, p. 11).

Nesta primeira versão das recomendações internacionais para a elaboração do SCN foi apresentado um conjunto de seis contas consolidadas para a nação que especificavam informações,

¹ UN (2012).

exclusivamente a preços correntes, relacionadas à produção doméstica, à apropriação da renda nacional, à conta de capital, às famílias e as instituições sem fins lucrativos, à conta das administrações públicas e às operações com o resto do mundo. Além deste núcleo central, também foram definidos doze quadros padronizados para o detalhamento dos fluxos econômicos, que incluíam a origem da renda nacional pelos agentes econômicos (empresas privadas, empresas públicas, famílias e governo).²

A metodologia apresentada no manual – seus conceitos, classificações e contas – foi planejada para aplicação na maioria dos países, inclusive nos países em desenvolvimento, o que contribuiu para a difusão do manual. Nos anos seguintes, duas edições ligeiramente modificadas do SNA-53 foram publicadas. A primeira revisão em 1960 refletiu comentários sobre a experiência dos países na implantação do SNA-53 e a segunda revisão, em 1964, trouxe uma maior coerência com a metodologia do Balanço de Pagamentos, do Fundo Monetário Internacional (UN, 2012).

A partir deste ano, um novo grupo de especialistas ligados à ONU iniciou a elaboração da terceira revisão e da ampliação do documento, com o objetivo principal de “evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos” (IBGE, 2008, p. 11-12). O resultado destes esforços produziu uma versão atualizada do manual de contas nacionais, publicada em 1968, o SNA-68.

O SNA-68 representou um grande avanço em termos de sofisticação e complexidade, ao incluir as tabelas de insumo-produto, a análise tridimensional dos fluxos financeiros e as contas de patrimônio, além de incorporar as estimativas a preços constantes (UN, 1968, p. iii). Inovações como a abertura da conta de produção em recursos (produção e importação) e usos (consumo intermediário e demanda final) contribuíram para a extensão do âmbito das contas nacionais, possibilitando o estabelecimento das TRU e a conciliação com a matriz de Leontief, fundamentais para o estudo das relações intersetoriais da economia.

² UN (1953, p.v).

Outra propriedade do novo sistema foi a interligação entre setores institucionais e atividades econômicas, por meio das contas de produção e de geração da renda, que significou um primeiro passo para a avaliação do nível de consistência das estatísticas econômicas disponíveis. Por conta dessa interligação e também da unidade de conceitos e procedimentos aplicados em todas as contas dos agentes econômicos, o sistema apresentado nesta versão caracterizou-se como sendo “consistente e integrado” (IBGE, 2008, p. 12). Cabe registrar, também, que nesta versão foi realizada uma aproximação conceitual ao Sistema de Contabilidade do Produto Material – *Material Product System* (MPS), utilizado na época em países de economia centralmente planejada.³

A fim de sustentar um processo contínuo de revisões periódicas das metodologias relacionadas às estatísticas econômicas foi estabelecido pela ONU, em 1982, o *Intersecretariat Working Group on National Accounts* (ISWGNA), que teve como objetivo específico elaborar um novo e moderno manual para as contas nacionais. Constituído por representantes desta instituição e por especialistas de distintos países, além de outras quatro organizações internacionais⁴, este grupo trabalhou de forma coordenada na preparação da nova versão do manual, o “*System of national accounts 1993*” (SNA-93).

A versão publicada em 1993 manteve basicamente o mesmo arcabouço teórico da anterior, adicionando soluções para a representação adequada dos desafios surgidos com a evolução das sociedades e com os problemas econômicos que apareceram neste intervalo temporal, como por exemplo, o fenômeno inflacionário após os choques do petróleo de 1973 e 1979. Esclarecimentos

³ Ver UN (2012). Para estes países somente o conceito de trabalho associado à produção de bens agrícolas e industriais deveria ser considerado produtivo, reduzindo assim o escopo da produção de seus sistemas de contas. Com a desintegração do bloco soviético, a reunificação da Alemanha e a transição de vários países socialistas para a economia de mercado, a metodologia do MPS foi praticamente abandonada, ficando o SCN tal como recomendado pela ONU sendo utilizado na maioria destes países (Nunes, 1998, pp. 109-110).

⁴ Comissão das Comunidades Europeias (Eurostat), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) e Banco Mundial.

conceituais e metodológicos percebidos como necessários após o uso disseminado do SNA-68 pelos países que o aplicaram também foram introduzidos (UN, 1993, p. 648)⁵.

O SNA-93 representou um grande avanço na integração das estatísticas econômicas com a harmonização de seu conteúdo com o de outras normas internacionais de forma ainda mais intensa do que na versão anterior. Também foi objetivo do novo manual a atualização de conceitos para o acompanhamento da evolução da economia, resultantes de inovações tecnológicas na área das informações, da complexidade e da sofisticação dos mercados financeiros e da mudança de papel do governo, sobretudo nos países em transição para uma economia de mercado (IBGE, 2008, p. 12).

De maneira geral, a estrutura do sistema tornou-se mais detalhada, com um número maior de contas e de subgrupos para os setores institucionais. Dentre as alterações, destacam-se a criação das Contas Econômicas Integradas (CEI) e a incorporação definitiva da matriz de insumo-produto e das TRU ao sistema. As CEI representaram uma maior integração entre as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio, ampliando o quadro central do sistema. As TRU passaram a fornecer elementos para as identidades contábeis entre oferta e demanda, assegurando a coerência dos dados estatísticos utilizados.

Por conta das novas demandas, o SNA-93 reservou capítulos específicos para contas satélites (criadas para expandir a capacidade analítica do sistema sobre áreas específicas, como saúde, educação, turismo, etc.); para o ajuste do modelo às circunstâncias locais de cada país; e para a inclusão de matrizes de emprego, que reforçou a qualidade das estatísticas obtidas pela ótica da renda.

Atualmente, as discussões baseadas nos avanços teóricos e nas experiências práticas dos países que utilizam a metodologia do SNA permanecem ativas no âmbito do ISWGNA, tendo sido preponderantes para sua mais recente revisão. A publicação do “*System of national accounts 2008*”

⁵ O anexo I do SNA-93 (UN, 1993, pp. 648-669) apresenta todas as modificações introduzidas com a nova versão em relação à de 1968.

(SNA-2008) foi disponibilizada à comunidade em dois volumes, sendo o primeiro em 2008 e o segundo no ano seguinte. Esta nova revisão consiste em uma atualização que, além de abordar as questões trazidas pelas mudanças constantes no ambiente socioeconômico, apresenta os esclarecimentos demandados pelos países que aplicaram o SNA-93.

As modificações sugeridas pelo SNA-2008, embora pontuais, estão relacionadas a diversos temas, como uma visão geral mais abrangente do setor financeiro; questões referentes à globalização e ao fluxo de pessoas e produtos; e, também, de alguns pontos que foram esclarecidos e refinados em relação à atividade do governo e das administrações públicas. O manual apresenta também uma nova categorização para os ativos fixos, em que destaca a inclusão dos produtos de propriedade intelectual – que passam a compor assim os investimentos das economias. Além destas questões, pela primeira vez, uma versão do manual dedica um capítulo ao tema da atividade produtiva em bases informais, realizada pelas famílias, e à atividade que escapa à medição estatística convencional, denominada ENO⁶. Cabe observar, entretanto, que a estrutura do sistema não é modificada, permanecendo baseada nas CEI e nas TRU conforme a proposta do SNA-93.

As contas de produção e de geração da renda, presentes nas CEI considerando os setores institucionais, reproduzem-se na TRU sob a perspectiva das atividades econômicas. Dessa forma, a análise conjunta dos resultados do SCN pelos recortes setor institucional e atividade econômica representa outro exemplo de como a apuração das contas nacionais exige que os dados sejam coerentes, o que também contribui para a qualidade de seus resultados.

⁶ Capítulo 25: *Informal aspects of the economy*, UN (2008).

2. A evolução do SCN do Brasil

O livro “Renda Nacional”, de Antônio Dias Leite Júnior, de 1948⁷, é considerado o primeiro trabalho realizado no Brasil sobre a temática das contas nacionais. Este trabalho foi elaborado para o concurso de docente livre na cadeira *Estatística, economia política e finanças*, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). O objetivo do trabalho foi apresentar, em teoria, as contas nacionais modernas e as então recentes contribuições de autores destacados como Keynes e Stone, para seu desenvolvimento.

Preliminarmente, no Brasil, alguns pesquisadores trabalhavam com os restritos dados disponíveis para construir séries históricas com estatísticas econômicas, a fim de subsidiar suas análises sobre a economia brasileira.⁸ Como referências havia o Censo de 1920, o primeiro a fornecer informações sobre a produção agrícola e industrial no país, e alguns indicadores básicos, como as variações de volume de importação e exportação, de consumo de energia elétrica e de volume de produção.⁹ Entretanto, dado o estágio embrionário das contas nacionais do Brasil à época, tais séries históricas não poderiam ser articuladas a um sistema de contas nacionais (Nunes, 1998, p. 155). Em entrevista concedida em 2015, Leite Junior faz menção à dramática situação das estatísticas oficiais do Brasil nas primeiras décadas do século XX, registrando que:

(...) O que é importante lembrar é que não existia informação estatística no Brasil para se fazer o planejamento de um jeito ou de outro. Não tinha informação. E não tinha mesmo! Tinha estatística de comércio exterior, não de balanço de pagamento; tinha um índice de preços meio fajuto; havia as contas do orçamento do governo e ponto final. E aí, então, o dr. Gudin, que conduzia o Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, criou a equipe da renda nacional. (Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2015, p. 175).

⁷ Leite Júnior (1948).

⁸ Com destaque para Celso Furtado, Annibal Villela e Wilson Suzigan. Para chamar a atenção, ao mesmo tempo, da necessidade e da precariedade das informações disponíveis à época, Furtado sentenciou: “Aprendi desde cedo com meus professores da escola austríaca que os dados estatísticos são tão importantes que, não existindo, é indispensável inventá-los.” (IBGE, 2006a, p. 24).

⁹ IBGE (1990, p.23)

A passagem para um sistema que utilizasse os dados econômicos de forma mais articulada remonta a segunda metade dos anos 1940, a partir da FGV, com a composição da equipe técnica para a construção das Contas Nacionais do Brasil.

Em 1949, os primeiros resultados deste projeto são divulgados pela FGV, por intermédio das estimativas da renda nacional líquida para o ano 1947. Em 1953, a instituição publica o produto nacional bruto e líquido relativos ao período de 1947 a 1952. Em 1956, sua equipe apresenta, a partir de uma nova metodologia, os resultados para o período de 1948 a 1955 no trabalho “Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento”, publicado na Revista Brasileira de Economia (FGV, 1956).

Neste trabalho, a FGV realizou os primeiros esforços para que a série de dados fosse compatível com a metodologia internacional proposta pela ONU no manual de 1953. O conjunto de informações reunia as estimativas de produto nacional bruto e líquido do Brasil, a renda nacional por unidade da federação e uma série histórica do índice de produto real. A articulação do sistema, refletida na identidade contábil básica entre produto, renda e despesa, passa então a ser incorporada à metodologia da FGV (FGV, 1956, p. 26). Nos anos 60, a FGV realizou uma nova revisão metodológica e atualizou a série correspondente ao período 1947-60, que ficou conhecida como Contas Consolidadas para a Nação (CCN).

A paralisação da coleta de estatísticas primárias pelo IBGE, devido à concentração de seus recursos para a realização do Censo em 1960, e as reformas econômicas e administrativas promovidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco (1964-1966), em que várias instituições provedoras de informações foram extintas ou reestruturadas, inviabilizaram, na prática, a produção de novas estimativas das Contas Nacionais do Brasil em quase toda a década de 1960 (Nunes, 1998, p. 156). O retorno à produção regular dos resultados das contas nacionais aconteceu somente em 1969, com a atualização da série a partir da disponibilidade dos dados censitários de 1960.

Em 1973, a FGV publicou a revisão das estimativas das CCN do período 1970-73, com a incorporação do Censo de 1970 e uma nova metodologia para a obtenção dos resultados. Embora a atualização do manual internacional, o SNA-68, já estivesse disponível, a metodologia adotada para a revisão de 1973 da FGV manteve a estrutura proposta pelo SNA-53 o que trouxe algumas limitações por conta do desenho do SCN. Como consequência, a apresentação dos resultados continuou sendo exclusivamente por setores institucionais, ainda que a inclusão da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema já fizesse parte das novas recomendações.¹⁰

O acesso às novas recomendações internacionais e as possibilidades apresentadas a partir do Censo de 1970 motivou o IBGE, também em 1973, a iniciar o projeto de construção de matrizes de insumo-produto para a economia brasileira.¹¹ Em 1979 foram publicadas pelo instituto as matrizes de 1970 e 1975, sem que, entretanto, estivessem integradas aos resultados das contas nacionais produzidos pela FGV¹².

Esta falta de articulação entre os resultados produzidos pela FGV e pelo IBGE, fez com que o Brasil passasse, na prática, a dispor desde o final da década de 1970 de dois subsistemas de contas nacionais, um destacando o corte por setor institucional e outro o detalhe pelas atividades econômicas. Entretanto este dois subsistemas não eram coerentes entre si e, por isso, não conformavam um sistema de contas nacionais segundo a concepção da ONU. De acordo com Nunes (1998, p. 159):

Na verdade, as duas instituições adotavam, separadamente, a metodologia de construção da conta de Produção, por setor institucional (FGV) e por atividade econômica (IBGE) sugerida pelo SNA de 1968, mas os resultados não eram confrontados com vistas à produção de uma única estimativa do Produto e da Renda nacionais. Consequentemente, durante vários anos os pesquisadores tinham diante de si duas estimativas diferentes de PIB do Brasil, uma proveniente das contas nacionais oficiais (FGV), outra resultante da matriz insumo-produto (IBGE) (Nunes, 1998, p. 159).

¹⁰ Nunes (1998, p. 157).

¹¹ Detalhes sobre a construção e os resultados das matrizes de insumo-produto para a economia brasileira encontram-se em Menezes (1992).

¹² Ramos (1996, p. 98).

O convívio com as duas estimativas de PIB na economia brasileira ocorreu até 1986 quando o IBGE assumiu oficialmente a função de elaborar o sistema de contas nacionais do país. Na ocasião houve a incorporação da equipe técnica das contas nacionais da FGV pelo IBGE, o que viabilizou a integração das duas formas de cálculo das contas nacionais em um único sistema, com a metodologia próxima ao SNA-68. Com a formação de um convênio de cooperação técnica entre o IBGE e seu congêneres francês, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), os técnicos das contas nacionais brasileiras se capacitaram não só para a implantação das recomendações do SNA-68, mas também, para a introdução de parte do conteúdo que, em elaboração, viria a ser apresentado pelo SNA-93 anos alguns anos depois.¹³

Seguindo a nomenclatura do SNA-68, o sistema oriundo desta integração foi denominado Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC). Em termos estruturais não houve uma ruptura com o formato então divulgado pela FGV até 1986, mas revisões que permitiram a incorporação de aperfeiçoamentos metodológicos e de um maior detalhamento por intermédio da introdução de um conjunto de quadros complementares.¹⁴

Pode-se dizer que, pela sua natureza, este sistema desempenhou um papel também como “preparatório” para o lançamento da metodologia e da série de dados baseadas nas recomendações do SNA-93 que viria a seguir.¹⁵ Evidentemente o sistema trouxe também uma estimativa mais precisa do PIB e dos demais agregados pela coerência alcançada com a possibilidade de confronto das duas formas de cálculo – setores institucionais e atividades econômicas. O ano base do SCNC foi 1980 havendo, portanto, uma revisão da série de dados a partir daquela data. O último ano de referência desta série histórica foi 1995.

¹³ IBGE (1990, p. 7).

¹⁴ Por exemplo, quadros relativos ao PIB a preços correntes e constantes com valores totais e per capita, à composição da renda nacional disponível bruta e ao VAB por atividade econômica, entre outros (IBGE, 1990, p. 21).

¹⁵ Segundo IBGE (1990, p. 13): “O Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, após sua incorporação pelo IBGE, vem sendo revisto no sentido de se evoluir dos conceitos e definições do sistema anterior para o novo sistema.”

Conforme mencionado, a publicação da terceira versão do manual internacional de Contas Nacionais ocorreu em 1993. Como o IBGE já estava se preparando para adaptar o SCN às aquelas recomendações, não tardou para que este fosse lançado sob um novo formato, tendo sido tornado público em 1997. Na ocasião houve a divulgação de uma nova série histórica, com base no ano de 1985, ano em que foram realizados, simultaneamente, os censos econômico e agropecuário. Este sistema foi então denominado de Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil (NSCN).

A versão do NSCN trouxe uma profunda alteração no sistema de contas brasileiro, com mudanças não só nas bases provedoras de dados, mas também em sua própria estrutura, que foi significativamente ampliada. Tal alteração levou à divulgação de uma série revisada para os anos de 1990 a 1997, que, como de praxe, substituiu oficialmente os dados obtidos pela metodologia anterior para o período. O NSCN seguiu produzindo resultados anuais até o ano de referência de 2003 e estabeleceu, em grande medida, a estrutura do SCN do Brasil na forma como ele vigora até hoje.

A organização do NSCN foi formada por três grupos de contas: as tabelas de insumo-produto (posteriormente denominadas tabelas de recursos e usos), as contas não financeiras por setor institucional e a síntese da economia brasileira. Esta última como objetivo de oferecer uma visão integrada da economia, “desde a produção, passando pelos mecanismos de distribuição e utilização da renda, até chegar à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento” (Nunes, 1998, p. 161).

No primeiro grupo de contas, as tabelas de insumo-produto, o objeto de investigação é a unidade de produção. O agrupamento das unidades produtivas é baseado em unidades locais homogêneas do ponto de vista do processo produtivo, definindo assim os setores de atividades. O nível de divulgação do NSCN apresentou uma classificação com 43 atividades e 80 produtos. Sua apresentação considerava as contas de produção e de distribuição da renda.

Nas contas não financeiras, o segundo grupo de contas do sistema, o interesse aplica-se ao comportamento dos agentes econômicos. Neste caso, a unidade de investigação é a unidade institucional, que se caracteriza por sua autonomia de decisão e unicidade patrimonial. Conforme mencionado, o agrupamento das unidades institucionais de acordo com a similaridade de objetivos, funções e comportamentos econômicos formam os setores institucionais.

O NSCN apresentou os seguintes setores institucionais: i) empresas não-financeiras, separadas em empresas públicas e privadas; ii) instituições financeiras e companhias seguradoras; iii) administrações públicas, considerando separadamente as esferas de governo municipal, estadual e federal; e iv) famílias, incluindo microempresas, instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias e toda a atividade agrícola. As cinco contas deste conjunto de setores se referiam à produção, distribuição operacional da renda, apropriação da renda, uso da renda e conta de capital.

A etapa de realização da síntese da economia brasileira abrange o equilíbrio de cada uma das operações e dos agregados do SCN, obtidos pelas tabelas de insumo-produto. Este método introduzido com NSCN trouxe uma maior qualidade aos seus resultados, pois as contas dos agentes econômicos e das atividades econômicas passaram a ser analisadas de maneira integrada. Segundo a metodologia (IBGE, 2004, p.67):

O referencial central da análise é o valor adicionado, sendo utilizado como crítica o comportamento das relações entre o valor adicionado e o valor da produção (VA/VP) e entre os salários e o valor adicionado (SAL/VA). (...) O resultado dessa análise pode ratificar os valores sob exame ou levar à revisão dos dados, com o reinício do processo de análise crítica. O sistema só permite alterações nas tabelas de produção, consumo e demanda final. Assim, as modificações no valor adicionado de determinada atividade têm que vir, obrigatoriamente, associadas a alterações em produtos, no valor da produção e/ou no consumo intermediário. (IBGE, 2004, p. 67).

A evolução dos resultados nos anos correntes se deu por meio de uma série histórica da tabela de insumo-produto a preços correntes e constantes, a fim de permitir identificar as mudanças associadas às variações de preços e de volume, com base móvel. Dessa forma, a metodologia possibilitou a construção de tabelas anuais de recursos e usos que eram, em seguida, transformadas

na conta de produção e de geração da renda das contas correntes do sistema de contas econômicas integradas.

Indiscutivelmente, pela sua grande atualização estrutural e metodológica, o NSCN representou um considerável avanço para as contas nacionais brasileiras colocando-as na vanguarda internacional, principalmente se comparada aos demais países em desenvolvimento. Entretanto, com o passar dos anos e o prolongamento da série com referência no distante ano de 1985, alguns agregados do SCN do Brasil foram perdendo representatividade. Tal fato ocorreu não só pela evolução e pelo dinamismo das economias que periodicamente têm sua estrutura produtiva alterada; mas principalmente, por conta do período de forte desestabilização monetária vivido no país, pois a alta inflação causou distorções nos índices de volume e de preço utilizados para a estimação dos resultados nos anos correntes. Este efeito prejudicial já era previsto pelo IBGE, como indica o relatório metodológico IBGE (1990, p. 12):

As distorções causadas pela inflação e sua interpretação em Contabilidade Nacional tem sido alvo de preocupação crescente dos técnicos ligados a esta área, tanto a nível nacional como internacional. (...) No Brasil, este problema adquire dimensão maior tanto pelas altas taxas de inflação como pelo mecanismo de correção monetária (IBGE, 1990, p. 12).

Frente à necessidade de atualização da referência do sistema, que segundo a recomendação internacional deve ser realizada aproximadamente a cada dez anos, e também por conta das transformações ocorridas no sistema estatístico nacional, a revisão das contas nacionais brasileiras foi novamente planejada. Este processo de extrema complexidade durou aproximadamente sete anos até que em março de 2007 foi divulgada a nova série de dados, tendo o ano 2000 como referência. Oito anos depois, em março de 2015, outra revisão de série foi concluída, mantendo em grande parte a metodologia da série anterior, com a atualização da referência para o ano 2010.

2.1. O novo sistema estatístico brasileiro e as séries 2000 e 2010 do SCN

A atualização de uma série estatística do SCN representa, em conformidade com as recomendações internacionais, uma oportunidade única para modernizar aspectos conceituais e

metodológicos e para ampliar a descrição quantitativa por meio dos instrumentos do SCN. O documento Cepal (2007), elaborado para fornecer assistência técnica aos países que desejam implantar revisões em suas séries de contas nacionais (*cambio de base*), destaca a importância e a complexidade deste processo:

El cambio de base representa un momento decisivo en la modernización de las cuentas nacionales, ya que supone una "remodelación", similar a las remodelaciones institucionales o a la corrección de los procesos industriales. Su valor estratégico es elevado, ya que no atañe solamente a la elaboración exhaustiva de las cuentas de un año dado, sino que en la redefinición se debe también tener en cuenta cómo y cuándo suspender la vigencia de la serie en curso y, simultáneamente, reemplazarla por otra que conlleva una nueva visión del momento económico que vive el país (Cepal, 2007, p.12).

Ao contrário da mudança de série realizada em 1997, as reformulações introduzidas em 2007 (série 2000), e também em 2015 (série 2010), não foram motivadas por significativas alterações metodológicas estruturais do SCN que permaneceu baseado nas CEI e nas TRU. Essencialmente, os objetivos dos projetos foram substituir fontes de informações relativas à economia brasileira, utilizando os elementos do novo sistema estatístico disponível no país. A incorporação de aperfeiçoamentos metodológicos e a adoção de novas classificações de produtos e atividades compatíveis com a terceira e a quarta revisões da classificação internacional, a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (Isic rev.3 e rev. 4), respectivamente para as séries de referência 2000 e 2010.

A principal alteração no sistema estatístico nacional se deu na série 2000 com a nova formulação das pesquisas estruturais do IBGE que passaram a substituir os censos econômicos, extintos em 1985. Um dos principais objetivos destas pesquisas anuais passou a ser justamente o de atender ao SCN, destacando as informações contábeis das empresas que são utilizadas para as estimativas da conta de produção.¹⁶

O conjunto de pesquisas estruturais anuais do IBGE incluem as atividades econômicas relacionadas à indústria, construção civil, comércio e serviços e coletam informações no âmbito das

¹⁶ IBGE (2006b, p. 2).

unidades produtivas locais.¹⁷ As empresas de maior porte, considerando o número de pessoas ocupadas, são investigadas anualmente de forma censitária e as de menor porte em caráter amostral.

Também com periodicidade anual, mas buscando informações domiciliares, tem-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que alimenta o sistema, sobretudo com dados relacionados ao emprego e à renda do trabalho. Outras bases como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf) e os censos agropecuário e demográfico também contribuem com informações econômicas para o SCN.

À parte do IBGE, outras instituições fornecem dados anuais para a compilação das contas nacionais brasileiras, com destaque para a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), obtidas através da Secretaria da Receita Federal. Também figuram neste rol os balanços fornecidos pelas agências reguladoras e os dados de emprego e renda oriundos da Relação Anual de Informação Social (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.¹⁸

Esta nova estrutura de dados disponível para a elaboração do SCN reforçou sua qualidade ao introduzir uma importante alteração metodológica no processo de trabalho até então adotado, que foi o fim da estimação dos resultados anuais por intermédio da extrapolação por índices de volume e preço. A reformulação do sistema estatístico nacional permitiu que fossem estabelecidos marcos estruturais anuais para os dados das contas nacionais, não só no ano base, mas também nos anos correntes. Segundo IBGE (2006c, p. 5):

A nova série do sistema de contas nacionais – SCN que o IBGE divulgou caracteriza-se pela amplitude das atualizações introduzidas, pois realiza a mudança entre um SCN que vinha sendo estimado através, basicamente, da extrapolação por índices de volume e preço para o novo sistema que é referenciado por fontes anuais que fornecem dados a preços correntes e, desta forma, estabelecem um marco que permite controlar a evolução das séries do SCN, evitando vieses característicos do uso de índices de volume e preço por períodos demasiado longos. IBGE (2006c, p. 5).

¹⁷ São elas: Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa da Indústria da Construção Civil (Paic), Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

¹⁸ Uma lista completa sobre as fontes de dados do SCN encontra-se em IBGE (2015a).

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN com as revisões das séries refere-se à atualização de conceitos e definições que se adequam à evolução da metodologia internacional. Como exemplos, têm-se a contabilização do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas para a mensuração do fator trabalho; a modificação do índice de volume da administração pública; a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a eliminação da variável *dummy* financeiro com sua distribuição entre consumo final e intermediário e sua redistribuição por atividade econômica.¹⁹

Em relação aos setores institucionais as séries 2000 e 2010 trouxeram melhor delimitação do setor famílias, com a identificação e a desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) e a transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor empresas não financeiras. Dentre outras vantagens, esta separação possibilitou uma análise mais precisa da produção familiar de bens para o próprio uso e da produção informal.²⁰

Especificamente sobre a mais recente revisão, a série 2010, além de adequar o SCN do Brasil às recomendações do SNA-2008, adotou nova classificação de produtos e atividades integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0); incorporou os resultados do Censo Agropecuário de 2006, da POF de 2008/09 e do Censo Demográfico de 2010. Houve também atualização da matriz de consumo intermediário, das margens de comércio e de transporte com base em pesquisas específicas, bem como a atualização das estruturas de impostos (IBGE, 2015a).

Com respeito às revisões sugeridas pelo SNA 2008, houve a adequação à nova taxonomia para os ativos não financeiros, ampliando o escopo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento P&D), exploração e avaliação mineral e gastos militares passaram a ser considerados FBCF e não mais consumo intermediário. O gasto com softwares, já

¹⁹ Para a relação completa das mudanças introduzidas na série 2000, ver IBGE (2008, p. 14). Em relação a série 2010, consultar IBGE (2015, p. 11-12).

²⁰ Um exemplo encontra-se em Hallak *et alii* (2012).

recomendado como FBCF no manual de SNA 1993, somente na série do SCN-2010 passou a fazer parte deste agregado.

Por conta dos avanços metodológicos, seja em relação à disponibilidade da base de dados, seja por causa das atualizações conceituais, as revisões periódicas representam indiscutível ganho de qualidade para o SCN. Este ganho se observa tanto por causa da provisão aos usuários de uma base de dados mais ampla e com maiores possibilidades de aplicação, como também e, principalmente, pela divulgação de resultados mais consistentes com a dinâmica econômica do país.

As revisões de série, normalmente, provocam modificações nos componentes do PIB em suas três óticas de mensuração. Com a série 2000 houve, pelo lado da produção, uma redefinição do peso das atividades econômicas em relação ao PIB, com aumento no grupo serviços e perdas relativas nos demais segmentos. Já na série 2010, a revisão não alterou significativamente a estrutura de atividades econômicas em relação à série anterior, excetuando-se o caso da construção civil que teve sua participação elevada.

Ainda em relação à série 2010, o recorte do PIB pela ótica da despesa revelou que a Formação bruta de capital obteve um ganho de participação. Sua elevação foi, em grande parte, decorrente da já mencionada adoção da revisão metodológica do SNA-2008. Na conta da renda os impactos mais significativos foram registrados na divulgação da série 2000, quando, tanto em termos absolutos quanto relativos, o número de ocupações e os rendimentos associados ao trabalho foram revistos para cima. Consequentemente houve redução na parcela correspondente ao excedente operacional bruto naquela série. Já a revisão de 2010 pouco influenciou estes resultados.

Quando da introdução de uma nova série de contas nacionais, uma questão relevante é a integração com os resultados de séries anteriores. No caso da série 2000, a partir do ano base de referência foram estimados os resultados dos anos anteriores de 1999 a 1995, por meio da

retropolação das TRU com índices de volume e preço registrados na série antiga.²¹ Da mesma forma, para a referência 2010, quando a retropolação para os anos anteriores foi até o ano 2000.²² Com base nos índices de volume e preço disponíveis para os produtos, novas TRU anuais foram estimadas e encadeadas considerando um conjunto de 51 atividades e 108 produtos.

A rotina de divulgação das contas nacionais anuais permanece praticamente inalterada desde a revisão da série 2000. Em virtude da disponibilidade das bases de dados para a construção das contas nacionais são divulgadas duas versões anuais do sistema. Uma versão anual simplificada obtida pela soma das contas trimestrais, dita preliminar; outra versão completa, dita definitiva.

A versão definitiva possui uma defasagem usual de dois anos em relação ao ano de referência, pois é este o intervalo necessário para a incorporação das pesquisas estruturais do IBGE, da DIPJ e de outras eventuais bases de dados de maior robustez. Sua divulgação apresenta as TRU com 68 atividades econômicas e 128 produtos, a preços correntes e constantes do ano anterior, além dos conjuntos de contas correntes e de acumulação por setores institucionais, que formam o núcleo central de CEI do sistema. Já a versão preliminar possui uma defasagem de um trimestre em relação ao ano de referência e apresenta resultados pela ótica da produção e da despesa em um nível agregado de classificação com 12 atividades e 12 produtos.

Sumariando esta seção, o Quadro 5 abaixo apresenta resumidamente a história do SCN no Brasil desde sua implantação pela FGV, em 1949, até o presente momento. São considerados os períodos de referência e de vigência das séries e o marco teórico ao qual o sistema foi baseado.

²¹ Detalhes, ver IBGE (2006d).

²² Detalhes, ver IBGE (2015b).

Quadro 1: As Contas Nacionais oficiais no Brasil – 1947/2015

período de vigência	instituição responsável	nome da série	ano base ou de referência	período de referência	período considerado oficialmente	marcoteórico
1949 a 1987	FGV	Contas Consolidadas para a Nação (CCN)	1947, 1956, 1960, 1970	1947 a 1989	1947 a 1979	SNA-53
1987 a 1997	IBGE	Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC)	1980	1980 a 1996	1980 a 1989	SNA-68
1997 a 2007	IBGE	Novo Sistema de Contas Nacionais (NSCN)	1985	1990 a 2003	1990 a 1994	SNA-93
2007 a 2015	IBGE	Série 2000 do SCN (SCN-2000)	2000	1995 a 2012*	1995 a 1999	SNA-93 e SNA-2008
2015 ...	IBGE	Série atual do SCN (SCN-2010)	2010	2010 a 2015**	2000 a 2015	SNA-2008

* De 2000 a 2009 dados definitivos. 2010 a 2012 resultados obtidos pela versão preliminar.

** 2010 e 2013 dados definitivos. De 2014 a 2015 resultados obtidos pela versão preliminar.

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Este artigo buscou resgatar a origem, os principais conceitos e o funcionamento do SCN, remontando os antecedentes para o cálculo da renda nacional. Para tanto, foram elencadas as principais contribuições que levaram os primeiros modelos econômicos, com base em dados estatísticos, a originarem o moderno SCN. As bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947, foram fundamentadas por Meade e Stone a partir do quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos, elaborada anos antes por Keynes. A disseminação do uso do manual por um grande grupo de países, a dinâmica inerente às economias e às sociedades e a necessidade contínua de incorporar aperfeiçoamentos diversos levaram a distintas revisões do manual, que foram publicadas em 1953, 1968, 1993 e 2008.

Em seguida o presente trabalho descreveu o desenvolvimento do SCN no Brasil. Este se originou com a integração das informações estatísticas e econômicas ocorridas no final dos anos 1940, a partir da FGV, ocasião em que foram apresentados os primeiros resultados consolidados das contas nacionais brasileiras.

Desde então o sistema prossegue em constante evolução assimilando e, ao mesmo tempo, contribuindo para o aprimoramento do arcabouço estatístico do país. Atualmente as contas nacionais brasileiras, publicadas pelo IBGE desde 1980, incorporam as principais recomendações internacionais, tanto em sua metodologia quanto na forma de divulgação dos resultados. As revisões do sistema e as mudanças de série ocorrem periodicamente em consonância com as recomendações internacionais que visam captar as transformações da economia, absorvendo também, as mudanças no sistema estatístico do país.

The System of National Accounts: historic evolution and its implementation in Brazil

Abstract: This paper describes how was the evolution of the System of National Accounts (SNA), from its origin to the consolidation and dissemination of the methodology. The establishment of the bases of the SNA are presented as well as the inclusion of the main topics – most of them being kept up to the present date - and the improvements that led the system to its theoretical formation currently suggested by a group of multilateral organizations and adopted by a large number of countries. The history of the Brazilian SNA deployment, which originates in the middle of last century, and its evolution to the recent review of the new 2010 reference series are also considered in this article.

Keywords: System of National Accounts, GDP, Supply and Use Tables, Integrated Accounts, SNA series.

Referências bibliográficas

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Entrevista com Antonio Dias Leite**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 10, n. 16, pp.172-183. Rio de Janeiro, jan./jun. 2015. Disponível em:

http://cadernosdodesenvolvimento.org.br/wp-content/uploads/2015/12/CD_16_ENT_172-183.pdf

CEPAL. **Las cuentas nacionales: lineamientos conceptuales, metodológicos y prácticos**. Serie Manuales n° 54. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

FEIJÓ, C.; RAMOS, R. **Contabilidade Social – A nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FGV. **Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento**. Revista de Economia Brasileira, v. 10, n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1956.

HALLAK NETO, J. **A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil** (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

HALLAK NETO, J., NAMIR, K., KOZOVITS, L. R. **Setor e emprego informal no Brasil: Análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais - 2000/07**. Revista Economia e Sociedade, v.20, n. 1, p. 93-113. Campinas: UNICAMP, abr./2012.

IBGE. **Sistema de contas nacionais consolidadas: Brasil**. Série relatórios metodológicos, v. 8. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 1990.

IBGE. **Sistema de contas nacionais – Brasil**. Série relatórios metodológicos, v. 24. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Base de dados** (nota metodológica nº 3). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Apresentação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2000** (nota metodológica nº 1). Rio de Janeiro: IBGE, 2006c. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/01_apresentacao.pdf

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Revisão da Série 1995-1999 – retopolação** (nota metodológica nº 22). Rio de Janeiro: IBGE, 2006d. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/22_retopolacao.pdf

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil**. Séries Relatórios Metodológicos, v. 24, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil - Conta Financeira e Conta de Patrimônio Financeiro: 2004-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=294942>

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2010. **Base de dados** (nota metodológica nº 4). Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/04_setores_institucionais.pdf

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2010. **Base de dados** (nota metodológica nº 4). Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/17_retopolacao_tabelas_recursos_usos.pdf

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of Payments Manual – BPM5**. Washington: FMI, 2011.

Revista Econômica, volume 18, número 1, jun.2016.

- KALDOR, N. **The white paper on national income and expenditure**. The Economic Journal, v. 51, Jun./Sep. 1941.
- LEITE JÚNIOR, A. D. **Renda Nacional – Teoria** (tese de livre-docência). Rio de Janeiro: UFRJ, set. 1948.
- LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MENEZES, A. C. **Matrizes insumo-produto brasileiras: 1970, 1975 e 1980 - classificações compatíveis de atividades e produtos** (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992.
- NUNES, E. P. **Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil** (tese de doutorado). Campinas: Unicamp, mai. 1998.
- PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social – uma introdução à macroeconomia**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RAMOS, R. L. O. **Mudanças estruturais reais nas matrizes de insumo-produto: Brasil – 1980/85**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 1. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 1996.
- STUDENSKY, P. **The income of nations – theory, measurement, and analysis: past and present**. Nova York: New York University Press, 1958.
- UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts and Supporting Tables 2008 [SNA-53]**. New York: UN, 1953.
- UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts [SNA-68]**. New York: UN, 1968.
- UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 1993 [SNA-93]**. New York: UN, 1993.
- UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 2008 [SNA-2008]**. New York: UN, 2009.
- UNITED NATIONS (UN). **Historic Versions of the System of National Accounts**. New York: UN, 2012.
- VANOLI, A. **Une Histoire de la Comptabilité Nationale**. Paris: La Découverte, 2002.

Recebido para publicação em agosto de 2016.

Aprovado para publicação em outubro de 2016.